

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.769.831 - RJ (2020/0257991-5)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE : UNIÃO**  
**AGRAVADO : ELEUTERIO FERREIRA PARRACHO**  
**ADVOGADOS : DANIEL GIRARDI BARROSO - RJ137723**  
**MARCELA DE ANDRADE VALENTE NAKASHIMA -**  
**MG106643**

**DECISÃO**

Cuida-se de agravo apresentado por UNIÃO contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO, assim resumido:

ADMINISTRATIVO PENSÃO VITALÍCIA ESTATUTÁRIA POR MORTE ART 222 INC VII ALÍNEA B ITEM 6 DA LEI N 8.112/90 CONCESSÃO VIÚVO CASAMENTO CELEBRADO HÁ MENOS DE 2 ANOS DO ÓBITO CÔMPUTO DO PERÍODO ANTERIOR DE UNIÃO ESTÁVEL POSSIBILIDADE UNIÃO ESTÁVEL COMPROVADA ART 226 § 3 DA CRFB/88 CORREÇÃO MONETÁRIA IPCAE JUROS DE MORA ART 1F DA LEI 9.494/97 COM REDAÇÃO DADA PELA LEI N 11.960/2009.

Quanto à controvérsia trazida aos autos, alega violação do art. 222, VII, "a", da Lei n. 8.112/90, no que concerne à impossibilidade de se permitir a soma do período de suposta união estável com o de casamento, a fim de reconhecer o direito à pensão, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

Da simples leitura dos dispositivos acima, depreende-se que o legislador quis contemplar duas situações jurídicas distintas: a união estável e o casamento. Logo, não é possível que o(a) pensionista se habilite à pensão por morte na condição simultânea de companheiro(a) e viúvo(a), até porque o fundamento legal para a concessão do benefício é diferente em cada caso (incisos III e I do art. 217 da Lei nº 8.112/90, respectivamente).

Ora, uma vez que o recorrido apresentou requerimento administrativo pleiteando sua habilitação na qualidade de viúvo, não é possível que se valha do período anterior ao casamento para ter deferido o pensionamento vitalício (fl. 132).

Pois bem. O recorrido apresentou requerimento administrativo de pensão na qualidade de viúvo. O requerimento foi deferido, considerando-se o período de 03/11/2016, (data do casamento) a

12/06/2017 (data do óbito da instituidora), isto é, 7 (sete) meses. A União, adstrita que está à literalidade da lei, concedeu-lhe o benefício por 4 (quatro) meses. Não há mais nada a receber (fl. 134).

Com efeito, a união estável e o casamento, apesar de equiparados, não se confundem. Ainda que assim não fosse, observa-se que o recorrido sequer foi capaz de provar a convivência pública, contínua e duradoura antes de seu casamento com a de cujus. Convém lembrar que, por força do art. 373, I, do CPC, incumbe ao autor o ônus de provar fato constitutivo do seu suposto direito, o que não ocorreu in casu.

De mais a mais, extrai-se dos autos que inexistia mesmo o fundamento originador do direito ao benefício previdenciário por morte: a dependência econômica para com seu instituidor. O recorrido é advogado, capaz de prover seu próprio sustento.

Portanto, resta claro que o acórdão vergastado, ao permitir a soma do período de suposta união estável com o de casamento, a fim de reconhecer o direito à pensão vitalícia do demandante, acabou por violar os dispositivos da Lei nº 8.112/90, notadamente o art. 222, VII, "a", de sorte que deve ser reformado (fl. 135).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Quanto à controvérsia, na espécie, o acórdão recorrido assim decidiu:

Aliás, é oportuno salientar que as alíneas "a" e "b" do inc. VII do art. 222 da Lei nº 8.112/90, em sua literalidade, não trazem qualquer norma proibitiva do somatório dos tempos de união estável e casamento, não cabendo ao intérprete restringir onde a lei não restringe (ubi lex non distinguit, nec nos distinguere debemus) ou mesmo presumir a existência de regra sobre a qual o legislador se calou, consoante o brocardo latino uni lex voluit dixit, ubi noluit, tacuit.

Note-se, além disso, o que dispõe o art. 226, § 3º da CRFB/88, in verbis: “Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento”.

Como cediço, a união estável é uma situação de fato e, com o advento da Constituição de 1988, foi erigida ao status de entidade familiar, produzindo efeitos no mundo jurídico - independentemente de formalização através de instrumento público, perante tabelião -, e podendo ser convertida em casamento.

De acordo com o art. 8º Lei nº 9.278/96, que regula o § 3º do art. 226, “os conviventes poderão, de comum acordo e a qualquer tempo, requerer a conversão da união estável em casamento, por

requerimento ao Oficial do Registro Civil da Circunscrição de seu domicílio”.

Diante disso, sob pena de afronta à atual Constituição, não pode prevalecer a interpretação de que a Lei nº 13.135/2015 veda, no cômputo do tempo da relação, o período de união estável anterior ao casamento, posto que isto significa dispensar tratamento diferenciado ao(à) companheiro(a), restringindo seu direito à pensão por morte.

Assevere-se, ainda, que, se a união estável se equipara ao casamento e sua conversão neste último deve ser facilitada por lei, fere o princípio constitucional da razoabilidade punir ou prejudicar companheiros que, amparados pela Constituição, optaram por contrair matrimônio (fl. 120).

Da análise dos autos, percebe-se que há fundamento constitucional autônomo no acórdão recorrido e não houve apresentação do devido recurso ao Supremo Tribunal Federal.

Aplicável, portanto, o óbice da Súmula n. 126/STJ, uma vez que é imprescindível a interposição de recurso extraordinário quando o acórdão recorrido possui, além de fundamento infraconstitucional, fundamento de natureza constitucional suficiente por si só para a manutenção do julgado.

Nesse sentido: “[...] firmado o acórdão recorrido em fundamentos constitucional e infraconstitucional, cada um suficiente, por si só, para manter inalterada a decisão, é ônus da parte recorrente a interposição tanto do Recurso Especial quanto do Recurso Extraordinário. A existência de fundamento constitucional autônomo não atacado por meio de Recurso Extraordinário enseja aplicação do óbice contido na Súmula 126/STJ”. (AgInt no AREsp 1.581.363/RN, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 21/8/2020.)

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: REsp 1.684.690/SP, relator Ministro Herman Benjamin, Primeira Seção, DJe de 16/4/2019; AgRg no REsp 1.850.902/MT, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 29/6/2020; REsp 1.644.269/RS, relator Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, DJe de 7/8/2020; AgRg no REsp 1.855.895/SC, relatora Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe de 23/6/2020; AgInt no AREsp 1.567.236/SC, relatora Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, DJe de 4/6/2020; AgInt no AREsp 1.627.369/PE, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 3/6/2020.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente